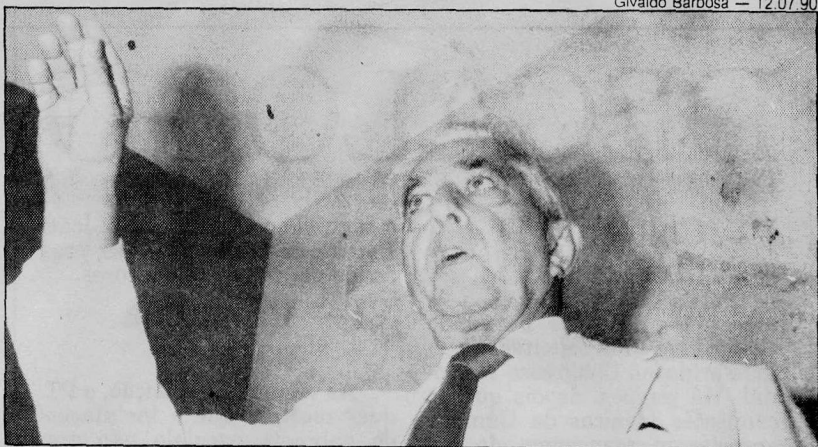




Maranhão acertou com Cabral "atenção especial aos senadores"

Governista no Senado receberá cuidado especial

Andrei Meireles

O Governo passará a dar um tratamento especial e diferenciado aos senadores, responsáveis pela manutenção do veto presidencial à política salarial, que, em sua grande maioria, ainda têm mais quatro anos de mandato. O senador Ney Maranhão, vice-líde do Governo, reuniu-se com o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, para avaliar fórmulas para melhorar o entrosamento entre os senadores e o Palácio do Planalto. Uma delas será promoção com frequência de almoço e jantares do presidente Fernando Collor com grupos de três a quatro senadores. Dos 50 senadores cujos mandatos não serão renovados este ano, o Governo já tem o apoio de 22, não conta com 23, já definidos como oposição, e pode atrair outros cinco para o seu lado, pois eles são considerados receptivos a uma investida política do Palácio do Planalto.

A estratégia da coordenação política do Governo é de conquistar o apoio desses cinco independentes — Nabor Júnior, Acre, Alexandre Costa, Maranhão, Francisco Rollemberg, Sergipe, Mauro Benevides, Ceará, e Nelson Carneiro, Rio de Janeiro — e consolidar o respaldo que já tem de 22 senadores, alguns deles insatisfeitos com o tratamento que vem recebendo nos ministérios. Segundo Ney Maranhão, um senador governista, cujo nome não quis revelar, teve que esperar 60 dias para ser recebido em audiência por um ministro de Estado. Isto, na sua avaliação, tem de acabar, porque a garantia do Governo, mesmo que eventualmente fique em minoria na Câmara, de não ser derrotado no Congresso Nacional é o Senado. Maranhão considera que o presidente Collor deve orientar sua equipe de Governo sobre a importância do Senado e de terminar um tratamento ágil e respeitoso com os senadores.

Os 22 senadores já computados

como governistas entre os que têm mais quatro anos de mandato são os seguintes: Aluísio Bezerra, Acre; Carlos De Carli e Aureo Mello, Amazonas; Olavo Pires, Rondônia; Jarbas Passarinho, Pará; Moisés Abrão e Carlos Patrocínio, Tocantins; Edison Lobão, Maranhão; Hugo Napoleão, Piauí; José Agripino, Rio Grande do Norte; Raimundo Lira, Paraíba; Ney Maranhão, Pernambuco; Lourival Baptista, Sergipe; Gerson Camata e João Calmon, Espírito Santo; Hildeckel de Freitas, Rio de Janeiro; Alfredo Campos, Minas Gerais. Irapuan Costa Júnior, Goiás; Meira Filho, Distrito Federal; Louremberg Nunes Rocha, Mato Grosso; Rachid Saldanha Derzi, Mato Grosso do Sul; e Affonso Camargo, Paraná. Quatro deles são candidatos aos governos de seus Estados — Olavo Pires, Edison Lobão, José Agripino e Moisés Abrão —, mas, em caso de vitória, seus suplentes também deverão apoiar o Governo no Senado.

Na oposição

Os 23 senadores que devem permanecer na oposição são os seguintes: Ronaldo Aragão, Rondônia, Almir Gabriel, Pará; Chagas Rodrigues, Piauí; Cid Sabóia Carvalho, Ceará; Lavoisier Maia, Rio Grande do Norte; Humberto Lucena, Paraíba; Mansueto de Lavor, Pernambuco; Divaldo Suruagy e Theotônio Vilela Filho, Alagoas; Juthay Magalhães e Ruy Bacelar, Bahia; Ronan Tito, Minas; Iram Saraiva, Goiás. Maurício Corrêa, Distrito Federal; Márcio Laceda, Mato Grosso; José Richa, Paraná; Dirceu Carneiro e Nelson Wedekin, Santa Catarina; José Paulo Bisol e José Fogaça, Rio Grande do Sul. Dez senadores oposicionistas disputam nesta eleição os governos de seus Estados. São eles: Almir Gabriel, Lavoisier Maia, Ronan Tito, Mário Covas, Iram Saraiva, Maurício Corrêa, José Richa, Nelson Wedekin, Dirceu Carneiro e José Fogaça.